OITO NOMES SAEM INOCENTADOS

Alguns parlamentares ouvidos pela CPI do Orçamento saíram inocentados das denúncias sobre envolvimento no desvio de verbas do Orçamento. A seguir, o resumo das denúncias e dos depoimentos de parlamentares que foram inocentados pela CPI do Orçamento.

— Humberto Lucena (PMDB-PB) — Como presidente do Senado, teve o privilégio de apresentar o seu depoimento por escrito à CPI. Nele, disse estar indignado com a menção de seu nome por José Carlos Alves dos Santos e apresentou declarações de patrimônio e de renda.

- Mauro Benevides (PMDB-CE) — Também respondeu por escrito, como expresidente do Senado, e teve o apoio de uma tropa de choque para isentá-lo de culpa por não ter aberto a CPI do Orçamento em 1992.

- Waldomiro Lima (PDT-RS) — Ex-relator parcial da Comissão de Orçamento, era suspeito de ter favorecido à Odebrecht em emendas. No seu depoimento, não soube explicar porque suas iniciais estavam nos documentos apreendidos na casa do diretor da empreiteira, Ailton Reis, e garantiu que não conhecia esse diretor.

■ Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) — Convocado pela CPI porque seu nome constava dos documentos



Benevides respondeu por escrito e teve absolvição assegurada

apreendidos na casa do diretor da Odebrecht ao lado de percentuais com a sigla T.V. negou, durante depoimento, ter beneficiado a construtora auando foi sub-relator da Eletrobrás e do Ministério das Relações Exteriores na Comissão de Orçamento do Congresso. A sigla T.V. aparece ao lado de quatro emendas nos documentos da Odebrecht.

■ Osmânio Pereira (PSDB-MG) — Convocado porque seu nome apareceu com um percentual à frente nos documentos apreendidos da Odebrecht. Compareceu à CPI munido de documentos e relatórios para provar que desde 1989 a sua variação patrimonial e a movimentação bancária são compatíveis com seus vencimentos e negócios como empresário rural. O relator Roberto Magalhães disse que o depoimento de Pereira o convenceu "verbalmente".

Eraldo Tinoco (PFL-BA) — Admitiu em seu depoimento à CPI que o Orçamento de 1992 foi modificado depois da aprovação em plenário, o que classificou como "rotina".

 Alexandre Costa (PFL-MA) — Citado por José Carlos Alves dos Santos, ficou furioso com as suspeitas que recaíam sobre ele. Negou que as siglas assinaladas nos documentos da Odebrecht se referissem a assessores seus no ministério.

B Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) — Por falta de documentos e provas, o deputado saju do interrogatório da CPI inocentado e aplaudido de pé. Seu depoimento foi tomado porque seu nome aparecera nos documentos da Odebrecht. Saiu aos prantos do depoimento.

341